

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.658 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2003

Senado faz acordo, vota MPs e destranca a pauta

Além da renegociação das dívidas de pequenos produtores rurais, Plenário apreciou mais de 50 itens, incluindo medidas provisórias, propostas de emenda à Constituição e indicações de embaixadores e diretores do Banco Central



Célio Azevedo Um acordo de líderes para aprovar o projeto de conversão estabelecendo critérios de refinanciamento de dívidas dos pequenos produtores rurais permitiu ontem o desbloqueio da pauta do Senado e o exame de mais de 50 itens que aguardavam deliberação do Plenário. Entre as matérias apreciadas pelos senadores, estão medidas provisórias, duas propostas de emenda à Constituição e indicações de nomes para embaixadas e para diretorias do Banco Central.

PÁGINAS 3, 4, 5 E 6

Retirada de emendas da senadora Heloísa Helena ao projeto sobre dívidas rurais fez parte do acordo que permitiu a retomada das votações em Plenário

Novo Conselho de Ética terá primeira reunião na terça

PÁGINA 3



Jane de Araújo Presidida por Sarney, a Mesa do Senado alterou horário das sessões de quinta-feira para viabilizar discussão das reformas

Debate sobre reformas vai começar pela Previdência

PÁGINA 7



Roque de Sá Senadoras Serys Slhessarenko e Patrícia Saboya (à direita) e diversos deputados entregaram ao presidente da Câmara o requerimento da CPI mista

Congresso cria CPI para apurar exploração sexual de crianças

PÁGINA 8

Comissão quer ajudar governo Lula no combate aos problemas sociais

CAS institui quatro subcomissões destinadas a estudar questões relacionadas ao idoso; à infância, adolescência e juventude; à saúde; e aos portadores de deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) será um canal aberto de colaboração com o governo federal na busca de saídas concretas para problemas que afligem diretamente o cidadão, como saúde, segurança e habitação, informou o presidente do colegiado, senador Romero Jucá (PSDB-RR). Ele destacou que a comissão tem papel fundamental na proposição, fiscalização e execução de várias mudanças exigidas pelo país.

Em concordância com esse ponto de vista, os integrantes da comissão aprovaram ontem a criação de quatro subcomissões temporárias, a serem instaladas já na próxima semana. São elas: do Idoso; da Infância, Adolescência e Juventude; da Saúde; e dos Portadores de Deficiência.

Caberá às subcomissões, num prazo de seis meses — sujeito a prorrogação —, ouvir os vários segmentos de opinião de cada setor e, ao final, emitir parecer. A apreciação final dos pareceres caberá ao plenário da CAS, que po-



Romero Jucá (segundo à direita) afirmou que a Comissão de Assuntos Sociais será um canal aberto de colaboração com o Executivo na busca de saídas concretas para questões que afligem diretamente o cidadão

derá, dessa forma, propor mudanças na referida legislação.

Na avaliação de Jucá, a comissão precisa se modernizar e ter melhor divisão de tarefas entre os seus 29 membros. Somente assim, observou Jucá, o colegiado poderá ser mais ágil, discutindo e propondo, a curto prazo, medidas objetivas para os graves problemas sociais do país.

Romero Jucá informou que optou pela criação de subcomissões temporárias, e não permanentes, com o objetivo de a CAS ampliar a discussão e apreciação de vários assuntos de relevo, entre os quais as questões ligadas aos grandes centros urbanos, legislação trabalhista, meio ambiente, setor previdenciário e combate à fome. Assim, os grandes temas sociais, na visão de Jucá,

sempre estarão em debate nas subcomissões temporárias.

As senadoras Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Patrícia Saboya (PPS-CE), autoras da proposta que criou a Subcomissão da Infância, Adolescência e Juventude, destacaram a importância da iniciativa, principalmente no que diz respeito à discussão da qualidade da educação pública.

Cinco ministros comparecerão a audiências públicas

Uma série de audiências públicas com ministros de Estado e titulares de órgãos federais e estaduais será promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). As reuniões se destinam a debater temas relevantes e que dizem respeito às atribuições regimentais do colegiado, como meio ambiente; programas sociais; mudanças nas legislações previdenciária e trabalhista; e habitação.

A decisão foi tomada ontem após a CAS aprovar requerimento do seu presidente, senador Romero Jucá (PSDB-RR), convidando cin-

co ministros para debater questões ligadas às suas pastas, entre eles o de Segurança Alimentar, José Graziano, que deverá prestar esclarecimentos sobre o programa Fome Zero.

Romero Jucá, na justificativa do requerimento, que contou com o apoio da senadora Fátima Cleide (PT-RO), argumentou que, apesar dos aplausos, o programa Fome Zero está enfrentando sérios problemas burocráticos. Essa audiência será promovida pela CAS em conjunto com as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e de As-

suntos Econômicos (CAE).

Também serão convidados para comparecer à comissão os ministros da Saúde, Humberto Costa, e da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, que abordarão as ações de suas respectivas pastas. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, vai expor na comissão os rumos da política ambiental a ser colocada em prática pelo ministério que dirige. Ela também vai esclarecer os senadores sobre as consequências da liberação da multa sobre a importação de pneus recauchutados.

Por sua vez, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, juntamente com os ministros da Saúde e do Meio Ambiente, e com o secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Odacir Klein, debaterão na CAS a questão dos transgênicos, com destaque para a soja gaúcha que está prestes a ser colhida.

A CAS também fará audiência pública para instruir dois projetos: o que define o ato médico e o que regulamenta a profissão de tecnólogo. As audiências serão agendadas na próxima semana.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2003

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72/99, que altera a Constituição para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 67/03, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando o sobrestamento do PLS nº 565/99, a fim de aguardar o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o PLS nº 22/96.

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em segundo turno, da PEC nº 16/02, que altera o inciso I do artigo 159 da Constituição para destinar o percentual de 0,5% da arrecadação dos impostos sobre Renda e sobre Produtos Industrializados para aplicação pelas instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72/99, que altera a Constituição para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso; PLC nº 66/01, que dispõe sobre o incentivo a ser prestado pelo poder público à criação, consolidação e capacitação de cooperativas ou de associações que menciona, e acrescenta dispositivos ao artigo 24 da Lei nº 8.666/93; PLC nº 14/02, dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7.802/89; entre outros.

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72/99, que altera a Constituição federal para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso; substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao PLS nº 195/99, que dispõe sobre o controle do uso da talidomida; e PLC nº 34/02, que proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível; entre outras proposições.

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Segunda-feira
17h — Conselho de Comunicação Social
Pauta: leitura de expedientes recebidos
14h — Exposição do secretário de Serviços de Radiodifusão, do Ministério das Comunicações.
16h — Comunicações dos conselheiros. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shlessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprova renegociação de dívidas rurais

Acordo de lideranças partidárias e do governo permite votação de medida provisória e desobstrução da pauta. Questões pendentes dos pequenos produtores com o crédito agrícola serão solucionadas em 15 dias por nova MP

A pauta do Senado foi desobstruída ontem com a aprovação do Projeto de Conversão nº 33, que estabelece critérios para o refinanciamento das dívidas dos pequenos produtores rurais provenientes de empréstimos com recursos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer), do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e dos fundos constitucionais.

A votação foi possível depois de um acordo de lideranças pelo qual o governo se comprometeu a editar uma nova medida provisória no prazo de 15 dias para solucionar as questões pendentes dos pequenos produtores e negociar em 30 dias uma saída para os devedores do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa). O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), não assumiu compromisso de resolver a dívida dos grandes produtores com o programa.

Com esse acordo, encaminhando favoravelmente pelos líderes do PFL, José Agripino (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM), foi mantido o texto da Câmara dos Deputados relativo à Medida Provisória nº 77, com base no parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Houve entendimento para a aprovação da retirada das emendas de autoria da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

As emendas, explicou Jonas Pinheiro, ampliariam o alcance do refinanciamento para os empréstimos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), individualizariam os contratos firmados em grupo e incluiriam os financiamentos até R\$ 35 mil de todos os pequenos agricultores do Norte, Nordeste e semi-árido mineiro, que enfrentaram problemas semelhantes aos do semi-árido nordestino, únicos contemplados na MP.

O senador disse que tentará resolver as pendências do Pesa no período de 15 dias, negociado para a nova MP. Ele explicou que cerca de 5,76 mil contratos do Pesa ficaram fora da renegociação, dos quais 4 mil são de pequenos produtores, com valor inferior a R\$ 5 mil.

Além disso, o senador salientou que as dívidas do Pesa referentes a juros atrasados de 1999, 2000 e 2001, no total de R\$ 686 milhões, poderão ser inscritas na dívida ativa da União se não forem refinanciadas. Segundo Jonas, outra MP transferiu esses créditos da esfera dos bancos oficiais federais, como Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, para a responsabilidade do Tesouro Nacional. Essa inadimplência pode, a seu ver, comprometer todo o programa de renegociação do Pesa, porque, do total de R\$ 5,6 bilhões, cerca de R\$ 5,23 bilhões referem-se a dívidas que estão com juros atrasados.

Jonas diz que cabe aos senadores cobrar cumprimento do acordo

Com a aprovação do projeto de conversão que define critérios para o refinanciamento das dívidas dos pequenos produtores rurais, o relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), comentou que cabe agora aos parlamen-



Jonas informa que não foi de sua iniciativa o adiamento da votação

tares cobrar do governo o cumprimento do acordo feito entre as lideranças da Casa e o Executivo.

Segundo o senador, o governo se comprometeu a editar outra medida provisória até o final deste mês, com o objetivo de resolver questões pendentes referentes a dívidas de pequenos produtores.

O Executivo também deverá, em 30 dias, encontrar uma fórmula que solucione o problema dos devedores do Programa Especial de Saneamento de Ativos.

Jonas destacou que o adiamento da votação do projeto de conversão de quarta para quinta-feira não ocorreu por iniciativa sua. Ele observou que havia acordo para a votação, mas, no Plenário, os líderes preferiram não votar. Acrescentou que até leu o seu parecer e lamentou a aprovação do pedido de adiamento da apreciação da matéria.



A desobstrução da pauta, com a votação da MP das dívidas rurais, permitiu ao Plenário deliberar sobre diversas outras matérias

Autorizada doação de vacina contra aftosa ao Paraguai

Projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que autoriza o Poder Executivo a doar ao Paraguai vacinas e equipamentos para o combate à febre aftosa também foi aprovado na sessão de ontem. Assim como a MP sobre a renegociação das dívidas de produtores rurais aprovada momentos antes, essa matéria também obstruía a pauta de votações do Senado. O texto segue agora para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A doação foi feita em novembro de 2002, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para evitar que os rebanhos bovinos nacionais ficassem expostos a risco sanitário

no caso de introdução no Brasil do vírus da febre aftosa proveniente do país vizinho.

— A situação de risco comprovada, se não eliminada com rapidez, poderá comprometer o trabalho do Brasil para a erradicação da febre aftosa, com inestimáveis prejuízos de ordem sanitária e econômica, caracterizados pela imediata perda de mercados externos conquistados — afirmou à época o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes.

O relator do projeto, senador César Borges (PFL-BA), defendeu o mérito da MP, tendo em vista que não existem barreiras naturais entre o Brasil (especialmente o Mato Grosso do Sul) e o Paraguai que

possibilitem a fiscalização sanitária. “A adoção de medidas sanitárias é urgente como forma de proteger o rebanho brasileiro de doença que impossibilitaria a comercialização dos rebanhos bovinos”, declarou.

O senador Tião Viana (PT-AC) considerou fundamental o controle de áreas de fronteira, já que o Brasil vem combatendo por décadas a aftosa em função de países vizinhos estarem desprotegidos. “A doença traz grande impacto ao setor pecuário e à economia nacional”, disse ele. “O Mato Grosso do Sul talvez tenha o melhor rebanho da América Latina, mas teve foco de aftosa com origem no Paraguai”, recordou.



César Borges lembrou necessidade de proteger o rebanho nacional

Célio Azevedo

CRÉDITOS

Os senadores aprovaram ainda projeto de lei de conversão à MP que abre crédito extraordinário de R\$ 17,08 bilhões para pagamento de encargos financeiros da União e para o refinanciamento da dívida mobiliária federal.

A pedido do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), foi adiada a votação da MP que abre crédito extraordinário de R\$ 10 milhões para o Ministério da Integração Nacional. Ainda assim, a pauta ficou desobstruída, já que o prazo para votação dessa MP encerra-se no dia 25 de março. Diante do pedido de Jonas, relator da matéria, o presidente do Senado, José Sarney, concedeu prazo de 24 horas para análise da MP, que voltará à pauta na terça-feira.

Conselho de Ética é eleito e terá reunião na terça

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) marcou para terça-feira a primeira reunião do ano do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do qual é presidente. O Plenário do Senado elegeu ontem os membros do conselho, em chapa única, com 44 votos a favor e uma abstenção.

A chapa única obedeceu às indicações dos líderes partidários. Tão logo foi proclamado o resultado, Juvêncio convocou a reunião, na qual pode ser aprovada a investigação das denúncias de suposta participação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no caso das escutas telefônicas ilegais na Bahia.

O bloco de apoio ao governo indicou para o conselho os senadores Heloísa Helena (PT-AL), Sibá Machado (PT-AC), Flávio Arns (PT-PR), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Magno Malta (PL-ES), como titulares; e Ana Júlia Carepa (PT-PA), Fátima Cleide (PT-RO), Fernando Bezerra (PTB-RN) e Marcelo Crivella (PL-RJ), como suplentes. Já o PMDB indicou, como titulares, Juvêncio da Fonseca, João Alberto Souza (MA), Ramez Tebet (MS) e Luiz Otávio (PA). Serão suplentes Ney Suassuna (PB), Pedro Simon (RS), Gerson Camata (ES) e Alberto Silva (PI). O PFL terá Paulo Octávio (DF), Demóstenes Torres (GO) e Rodolpho Tourinho (BA) como titulares e Jonas Pinheiro (MT) como suplente. O PDT indicou Jefferson Péres (AM) como titular e Augusto Botelho (RR) como suplente. O PSDB apresentou, como titulares, Sérgio Guerra (PE) e Antero Paes de Barros (MT); e, como suplentes, Reginaldo Duarte (CE) e Arthur Virgílio (AM).



Juvêncio da Fonseca convocou primeira reunião do Conselho de Ética com nova composição

José Cruz

Senado mantém voto secreto por 41 a 34

Proposta que extingua as votações secretas em todos os casos não atingiu os 49 votos necessários para sua aprovação. PEC será arquivada e o assunto não poderá mais ser objeto de nova deliberação este ano

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue o voto secreto no Senado Federal não atingiu os 49 votos necessários para a sua votação. Foram 34 votos favoráveis e 41 contrários, com três abstenções, à proposta do senador Tião Viana (PT-AC), de acordo com o substitutivo do ex-senador José Eduardo Dutra aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria será arquivada e não poderá ser objeto de nova deliberação este ano, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal.

Ao todo, 20 senadores discutiram a matéria, divididos entre os que consideram o voto secreto uma garantia constitucional secular, que tem o objetivo de proteger o voto do parlamentar em si-



O presidente do Senado, José Sarney (centro), abriu o debate sobre a PEC posicionando-se contra a extinção integral do voto secreto

tuções que envolvem questões de consciência, e aqueles que acreditam que o voto aberto é uma forma de permitir que os eleitores acompanhem melhor as atividades de seus representantes.

Primeiro a falar sobre a propos-

ta, o presidente do Senado, José Sarney, ponderou que o voto secreto é um dispositivo constitucional consagrado ao longo do tempo. De acordo com ele, a Constituição de 1988 exige que apenas as votações em que há julgamen-

tos pessoais (cassação de senador ou escolha de autoridades, por exemplo) sejam secretas:

– Essas votações implicam medidas de valor, não apenas com relação ao senador que vota, mas também com relação às pessoas que estão sendo julgadas. Esse é um princípio que está sedimentado nas diversas constituições. Quebrar uma medida constitucional por razões de circunstância, por um momento em que o Senado vivia comoção, não me parece razoável – declarou Sarney, ressaltando que o voto secreto não impede que os parlamentares expressem seus pontos de vista.

Sarney também fez questão de explicar que a proposta original de Tião Viana extingue o voto secreto apenas nas votações que decidem sobre a cassação de se-

nador. O substitutivo do ex-senador José Eduardo Dutra estendeu o fim do voto secreto a todas as possibilidades previstas na Constituição, incluindo as decisões acerca de vetos presidenciais:

– Estamos confrontando a ampliação absoluta, que é absurda. Com o voto secreto, não estamos resguardando apenas o votante, mas a pessoa que será afetada pela decisão. O objetivo é resguardar esse cidadão que está sendo julgado, como no caso do Tribunal do Júri. Assim, se um embaixador indicado para chefiar uma missão diplomática fosse recusado pelo Senado sob o argumento de ser incompetente, teria sua carreira encerrada. O substitutivo em análise desfigura todo o ordenamento constitucional – argumentou Sarney.

CONTRA A PEC

Antídoto para qualquer tipo de pressão

Razões doutrinárias foram apontadas pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para justificar sua posição favorável ao voto secreto. Ele acredita que, dessa maneira, as pessoas podem votar livres de pressões, quaisquer que sejam elas. Ainda assim, Virgílio admite que, em certos momentos, o Parlamento pode, de acordo com as aspirações da sociedade, decidir que determinada matéria deve ser votada abertamente:

– A idéia inicial do voto secreto era proteger opositoristas da pressão do Executivo e do poder econômico. O Parlamento brasileiro tem belíssima tradição, é o quarto em continuidade de funcionamento, que deve ser respeitada – afirmou Arthur Virgílio.

Com argumentos sobre a formação da democracia, o senador Amir Lando (PMDB-RO) relatou que o legislador, na Revolução Francesa, teve o entendimento de buscar o voto secreto em circunstâncias restritas em que o parlamentar faz um juízo de valor, assim como o eleitor faz à frente da urna. Esses são os casos, disse, da escolha de pessoas para cargos ou na decisão sobre a cassação do parlamentar.

O senador José Jorge (PFL-PE) destacou que a votação é aberta em todas as questões que envolvem mérito legal, permitindo que o parlamentar demonstre o compromisso que tem com seu eleitor. Mas essa regra, observou, não deve ser aplicada nas ques-

tuões em que os votos são individualizados:

Para Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a idéia por trás do voto secreto é preservar a consciência de quem vota. Essa, avaliou, é a mesma filosofia que está por trás da garantia do voto secreto para o eleitor. Garibaldi considera inclusive que, quando o parlamentar é eleito, recebe do eleitor a delegação de, em casos de voto que envolva consciência, votar como melhor lhe convier. Semelhantes opiniões foram expressas pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Leomar Quintanilha (PFL-TO) e Almeida Lima (PDT-SE).

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou que as votações secretas são, na verdade, a exceção da atividade parlamentar. Assim, ele defendeu a manutenção do modelo constitucional atual. Para Tebet, em questões que afetam o dia-a-dia da população, como a Previdência Social, o salário mínimo ou o financiamento da saúde pública, os eleitores querem saber como se posicionaram os parlamentares:

– Em questões pessoais não se deve exigir que os parlamentares, que são homens, sejam heróis. O parlamentar deve transitar de acordo com os sentimentos éticos e de interesse da sociedade brasileira – declarou Tebet, esclarecendo que será favorável a uma emenda para pôr fim à votação secreta em caso de vetos do presidente da República.



Arthur Virgílio acredita que as pessoas podem votar livres de pressões

José Cruz

A FAVOR DA PEC

Direito do eleitor à informação

Autor da proposta de emenda à Constituição (PEC) que previa o fim do voto secreto no Senado, o senador Tião Viana (PT-AC) citou a prática do Parlamento dos Estados Unidos como exemplo para defender o voto aberto. Segundo o senador, tanto nas decisões sobre cassação de senadores, *impeachment* do presidente ou aprovação de autoridades, as votações são ostensivas no Senado norte-americano.

Diante dos argumentos de que o voto secreto é parte fundamental da Constituição de 1988, Tião Viana disse que apenas o voto secreto do eleitor para escolher seus representantes é uma cláusula pétreia do texto constitucional. Ao contrário do voto do eleitor, as votações feitas por parlamentares, analisou o senador, são indiretas e não são universais. Da mesma maneira argumentou o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Para ele, o eleitor tem o direito de saber, ostensivamente, como votou o seu representante:

– Hoje, no parlamento democrático, com todas as garantias que temos, manter a votação secreta, para que um eleitor não saiba como votei, ter que confiar na minha palavra, não faz sentido – afirmou Jefferson.

Magno Malta (PL-ES) citou o exemplo da eleição para a Mesa da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, quando acordos foram traídos na eleição secreta.

A votação da PEC foi, para a senadora



Tião Viana: eleitor tem direito de saber como votou seu representante

Heloísa Helena (PT-AL), uma oportunidade para esclarecer que, se o voto fosse aberto, não teria passado pelo constrangimento ao qual foi submetida no caso da violação do painel eletrônico do Plenário na votação que decidiu pela cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Para o senador Sérgio Cembral (PMDB-RJ), a aprovação da PEC seria uma oportuni-

dade de o Senado incentivar outros parlamentos do Brasil a seguirem seu exemplo. Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) defendeu que a PEC traduz a atual aspiração popular legítima do país.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) lembrou que, cada vez mais, a população quer controlar o exercício do poder público e participar das decisões em todas as esferas governamentais. Fátima Cleide (PT-RO) discursou em defesa da PEC e citou episódio em que o voto secreto frustrou o anseio da população de Rondônia.

O senador Sibá Machado (PT-AC) comparou a medida com a transparência que a TV Senado dá aos trabalhos da Casa. Para Ideli Salvatti (PT-SC), todas as votações de que participam os parlamentares são uma delegação que os eleitores lhes outorgaram. Pedro Simon (PMDB-RS) disse acreditar que o fim do voto secreto poderia ser adotado mesmo que de forma experimental. “Nada poderá me atingir pelo fato de votar abertamente”, ponderou.

Confirmados três novos diretores do Banco Central

Por ampla maioria, o Senado aprovou os nomes de três novos diretores do Banco Central indicados pelo governo. São eles: o economista Luiz Augusto de Oliveira Candiota, de 36 anos, para a Diretoria de Política Monetária, que recebeu 60 votos favoráveis e quatro contrários; o contabilista Paulo Sérgio Cavalheiro, de 52 anos, para a Diretoria de Fiscalização, com 59 votos a favor, cinco contrários e uma abstenção; e o administrador de empresas João Antônio Fleury Teixeira, de 50 anos, para a Diretoria de Administração, que teve 60 votos a favor e seis contrários.

Programação monetária tem voto favorável

A mensagem presidencial com a programação monetária do primeiro trimestre de 2003 foi aprovada ontem pelo Senado. O relatório favorável do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) havia recebido o voto favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no dia 25 de fevereiro.

A mensagem foi enviada ao Senado em 30 de dezembro do ano passado, com a projeção do trimestre aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no dia 19 de dezembro.

Essa defasagem entre a elaboração da programação monetária pela equipe econômica e o seu envio ao Congresso Nacional tem sido criticada por parlamentares. Diante disso, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), comprometeu-se na CAE que fará todo o empenho para que os indicadores monetários, projetados pelo Banco Central, sejam remetidos com antecedência, para que o Congresso tenha participação mais ativa na discussão da política monetária do governo.



Garibaldi Alves Filho apresentou parecer favorável à programação para o primeiro trimestre de 2003

Senado aprova indicação de Bustani para embaixada no Reino Unido

Decisão foi antecedida de pronunciamentos sobre as qualidades do diplomata. Plenário também acolheu o nome de Luiz Augusto Saint-Bresson de Araújo Costa para representar o país no México

O diplomata José Maurício Bustani teve seu nome aprovado por 49 senadores para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino Unido. A indicação, feita pelo presidente da República, recebeu 12 votos contrários e uma abstenção. O Plenário também aprovou, com 59 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção, a designação de



José Maurício Bustani foi indicado para o cargo pelo Poder Executivo

Luiz Augusto Saint-Bresson de Araújo Costa para chefiar a embaixada brasileira no México.

Embora o Regimento do Senado determine o voto secreto na indicação de embaixadores, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que a designação de

Bustani é um marco significativo. Ele mencionou as pressões lideradas pelos Estados Unidos que forçaram a saída do diplomata da presidência da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), órgão das Nações Unidas.

Plenário conclama governo a manter esforços pela paz

O Senado aprovou ontem dois requerimentos com o objetivo de concluir o governo brasileiro a continuar os esforços em favor da paz entre Estados Unidos e Iraque. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) assinam uma das proposições e o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a outra. As duas matérias foram relatadas pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

— No momento em que o mundo se divide praticamente em dois blocos, um numericamente menor, embora de maior poder belicista, e outro integrado por um grande número de nações que desejam a paz, o Brasil, a despeito de ter os Estados Unidos como seu maior parceiro econômico, mostra sua vocação democrática, rogando pela harmonia e fraternidade entre os povos, para juntar a sua voz àquele grupo de nações que clamam pela paz — argumentou Crivella em seu parecer.

ONU

No requerimento, Suplicy e Simon manifestam o desejo dos senadores de que o governo Luiz Inácio Lula da Silva prossiga o esforço junto aos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido



Marcelo Crivella relatou dois requerimentos em favor da paz entre Estados Unidos e Iraque

no sentido de que os dois países desistam de atacar o Iraque. O documento também pede que sejam feitas gestões para que o Iraque adote as medidas necessárias para atender às recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) e demonstre que não dispõe de armas de destruição em massa.

Já a proposição de Mercadante enfatiza a responsabilidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacional. E destaca que o conselho é o único órgão com legitimidade para autorizar o uso da força, que deve constituir uma medida de último recurso.

Márcia Kolome

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) parabenizou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela indicação de Bustani e registrou que o diplomata está na lista dos candidatos ao Prêmio Nobel da Paz de 2003. No mesmo sentido, o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que Bustani, que é natural de Rondônia, “desempenhará papel fundamental na construção da paz, da concórdia e da harmonia universal”.

IRAQUE

Durante a votação da indicação de José Maurício Bustani, o senador Eduardo Suplicy informou que a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, deverá comparecer à Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional (CRE) no dia 3 de abril, às 10h, para explicar o ponto de vista do seu país sobre o conflito no Oriente Médio.

Suplicy acrescentou que, na próxima quinta-feira, dia 20, também às 10h, o embaixador do Iraque no país, Jarallah Alobaidy, estará na CRE para expor a posição iraquiana sobre o conflito.

Suplicy explicou que a intenção inicial era agendar uma data na qual pudessem comparecer os dois embaixadores. Isso não foi possível em virtude de incompatibilidades nas agendas dos representantes dos dois países e da afirmação de Jarallah Alobaidy de que preferia comparecer à CRE em horário e sala diferentes do marcado com a embaixadora americana.

Nomes para Cingapura e Ucrânia são acolhidos

Geroldo Magela

Foram aprovadas ontem pelo Plenário as indicações de João Gualberto Marques Porto Júnior e de Renato Luiz Rodrigues Marques, ambos ministros de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercerem o cargo de embaixador do Brasil em Cingapura e Ucrânia, respectivamente.

Na votação do nome de Marques Porto Júnior, houve 59 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. Já na decisão sobre a indicação de Renato Luiz Rodrigues Marques, foram registrados 59 votos favoráveis, um contrário e duas abstenções.

De acordo a mensagem do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, Marques Por-

to Júnior fez cursos de pós-graduação em Economia Internacional e Ciência Política na Universidade George Washington, além de ter sido chefe do Departamento de Política Comercial Internacional, embaixador na Nicarágua, cônsul-geral em Vancouver, Hong Kong e Macau e encarregado de negócios em Londres.

Renato Luiz Rodrigues Marques participou de cursos no âmbito do Mestrado de Relações Internacionais da Universidade Georgetown e de Política Agrícola Comum no Mestrado do Instituto de Estudos Europeus da Universidade Livre de Bruxelas. Entre outros cargos, ele exerceu os de secretário de Comércio Exterior, primeiro-secretário em Washington e cônsul-geral em Barcelona.

Zavascki será ministro do Superior Tribunal de Justiça

O Senado aprovou ontem a indicação do nome de Teori Albino Zavascki, juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Jacy Garcia Vieira.

Em seu parecer favorável, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou os inúmeros cargos e funções de natureza jurídica que Teori Zavascki exerceu, em quase 30 anos de profissão, em especial a presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, entre 2001 e 2003. “Ele reúne os atributos constitucionais de notável saber jurídico e reputação ilibada”, afirmou Pedro Simon.

Alimentação deve ser direito constitucional

De autoria do senador Antonio Carlos Valadares, a proposta de emenda à Constituição que amplia os direitos sociais garantidos na Carta foi aprovada ontem em primeiro turno, com 58 votos favoráveis

Foi aprovada ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que inclui a alimentação entre os direitos sociais dos brasileiros. A PEC teve 58 votos favoráveis. No artigo 6º da Constituição já constam como direitos dos cidadãos a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

O autor da matéria, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), explica na justificativa que o

direito à alimentação foi reconhecido pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1993. O senador lembra que um terço da população brasileira é mal nutrida e ressalta que estudos provam que a fome crônica compromete o aprendizado da criança, e, no adulto, gera mal-estar e reduz a capacidade física.

Ao propor a inclusão do direito à alimentação na Constituição, Valadares objetiva garantir que, por meio da ação do Estado, ninguém morrerá de fome no Brasil.



Fome crônica pode reduzir capacidade de aprendizagem das crianças, alerta Valadares

Requerimento de informações sobre BNB tem votação adiada

O Plenário do Senado adiou votação de requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que solicita informações detalhadas sobre os projetos que o Banco do Nordeste financiou durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Suplicy fez o pedido por ter recebido "inúmeras denúncias de irregularidades" nos projetos apoiados pelo banco.

O adiamento foi solicitado pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), depois de o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), ter afirmado que se sentirá "à vontade" para pedir o mesmo tipo de informações sobre os projetos financiados pelos bancos

oficiais no primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

— Votaremos a favor do requerimento, mas não haverá de causar estranheza se daqui a um ano começarmos a usar o mesmo método e solicitar informações sobre os bancos oficiais no primeiro ano deste governo — sustentou Arthur Virgílio.

Mercadante disse que o governo Lula "não tem tido nenhuma atitude revanchista" e, apesar do requerimento ter sido apresentado há quase um ano, solicitaria o adiamento da votação. Suplicy não se encontrava em Plenário no momento da discussão.

Pouco antes, o Plenário havia

aprovado outro requerimento, de autoria do ex-senador Wellington Roberto, que solicita ao Ministério da Fazenda o envio, à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado, de cópia do relatório de auditoria executada pelo Banco Central no Banco do Estado do Ceará (BEC).

A auditoria sustentou o processo de saneamento do banco cearense e, conforme Wellington Roberto, não há notícia de que tenham sido devolvidos os depósitos judiciais pertencentes ao governo do Ceará. O autor afirma que não se pode privatizar o BEC sem a devolução de tais depósitos.

Zonas de processamento de exportações em análise na CAE

O Plenário aprovou requerimento do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) propondo o adiamento da votação da mensagem do Executivo que solicita a retirada do projeto que trata da aplicação de penalidades por infração à legislação que rege as zonas de processamento de exportação (ZPEs). A pedido do senador, a matéria será encaminhada para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A mensagem foi encaminhada no governo anterior.

A justificativa apresentada pelo Executivo para o fim da tramitação do projeto é que as mudanças ocorridas na economia nacional, como abertura econômica, alterações de regime cambial e ajuste fiscal, fizeram as ZPEs deixar de ser prioridade. O governo alega ainda que a retirada da proposição se justifica em virtude da inexistência de planta no país sob esse regime fiscal ou cambial.

O argumento foi rebatido por Pavan. Ele informou que, apenas em Santa Catarina, existem três plantas aprovadas pelos conse-

lhos das ZPEs, dependendo apenas da liberação dos terrenos. Segundo o senador, esses três projetos poderão gerar em torno de mil empregos e representar um investimento de US\$ 15,5 milhões. Pavan defende que o tema ZPE seja debatido na CAE.

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) declarou que o Tocantins também conta com projeto. O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), que inicialmente defendeu o voto contra o adiamento,

mantve entendimento com o autor do requerimento, e afirmou que o governo não teria dificuldades em amadurecer o debate. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu o encaminhamento do projeto à CAE para a busca de acordo.

INDICAÇÕES

Também foi aprovada a retirada de tramitação das indicações de Antonio Augusto de Lima e de Marcos Caramuru de Paiva para os cargos de embaixador do Brasil em Cuba e no Canadá, respectivamente.



Requerimento de Leonel Pavan adiou votação da matéria pelo Plenário

Gerardo Magela

Tramitam em conjunto mudanças no Código de Trânsito Brasileiro

Entre os requerimentos votados ontem pelo Plenário, foi aprovado um pedindo a tramitação conjunta de projetos que alteram o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Com isso, passarão a tramitar juntos projeto do ex-senador Lindberg Cury preconizando critérios mais uniformes para a fiscalização do trânsito, e projeto da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) que proíbe, nas vias controladas por instrumento eletrônico de medição de velocidade ("pardal"), sinalização indicativa da localização dos instrumentos.

O Senado aprovou ainda inúmeros outros requerimentos, a maioria pedindo a tramitação conjunta de projetos. Foi acolhido requerimento do senador

Romero Jucá (PSDB-RR) para que tramitem conjuntamente projetos que alteram o Código de Processo Penal, para permitir a realização de interrogatório a distância e a dispensa do comparecimento físico do acusado e das testemunhas nas audiências, mediante a utilização de recursos tecnológicos de presença virtual do réu.

Outro pedido aprovado foi o do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que objetiva a tramitação conjunta de projetos que fixam novas regras para saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os projetos propiciam saques para amortização de empréstimos, pagamento de cirurgias, aquisição de computador e abertura de negócios próprios.

Aeroporto de Montes Claros receberá nome de Mário Ribeiro

Após discussão em turno único, o Plenário do Senado aprovou ontem projeto da Câmara que dá o nome de Mário Ribeiro ao aeroporto de Montes Claros, em Minas Gerais. Também foi acolhido, nesta sessão, requerimento do líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), para adiamento da análise de parecer sobre a competência da Comissão de Educação (CE) para votar, em caráter terminativo, mensagens relativas a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A proposta de homenagem ao

médico, empresário e acadêmico Mário Ribeiro, ex-vereador, que também foi vice-prefeito e prefeito de Montes Claros, além de secretário de Trabalho e Ação Social de Minas Gerais, já havia recebido parecer favorável na CE. Para entrar em vigor, a matéria depende agora de sanção presidencial.

Quanto ao requerimento de Tião Viana, foi adiada para o dia 23 de abril a votação de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), sobre consulta formulada pelo ex-senador Moreira Mendes. Foram levantadas dúvidas quanto à competência da

CE para votar as mensagens de outorga e renovação de serviços de rádio e televisão em decisão terminativa, dispensando, portanto, sua apreciação pelo Plenário, a não ser em caso de interposição de recurso por um décimo dos senadores.

— Entendemos que há dificuldades de interpretação do ponto de vista jurídico, por isso pedimos o adiamento da matéria — explicou o líder petista.

Solicitação idêntica estava contida em requerimento do vice-presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), prejudicado com a aprovação do pleito de Viana.

Tião Viana diz aos prefeitos que a hora é de parceria

Em pronunciamento dirigido aos prefeitos da 6ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, ontem, o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), afirmou que a hora é de parceria e não de enfrentamentos e que “a saída se constrói na busca incessante e sincera do consenso”.



Viana: compromisso de Lula com o fortalecimento dos municípios

O senador esclareceu que iria ler o discurso na visita dos prefeitos, na quarta-feira, mas não pôde fazê-lo devido aos trabalhos do Plenário do Senado.

Tião Viana sustentou que à incorporação dos municípios ao desenho do federalismo brasileiro deve corresponder um aumento das responsabilidades políticas das populações locais e de suas representações. Segundo o senador, a autonomia federativa pressupõe condições de auto-sustentabilidade do poder político das próprias entidades federadas, pois “a contrapartida da liberdade política é a prestação de contas e a responsabilização do agente público por aquilo que se faz no uso de suas franquias”.

O líder defendeu para os municípios, como também para os

estados, o DF e a União, “a combinação de autonomia com uma postura ético-jurídica que não descarta efeitos legais sancionadores: repressivos, em face de comportamentos desviantes intoleráveis; recompensadores, quando meritória a conduta adotada”.

— Estamos certos de que, sob essa ótica e no quadro do estado democrático de direito, a União saberá tratar das dificuldades dos municípios, notadamente nas áreas de saneamento, habitação, saúde, defesa civil e segurança alimentar. Evidentemente, esse rol não representa uma limitação das tratativas entre a União e os municípios. Outras questões podem ser objeto de conversações e entendimentos — acrescentou.

Tião Viana destacou o compromisso do presidente Lula da Silva com o fortalecimento dos municípios. E citou a criação do Ministério das Cidades como exemplo da afirmação da autonomia municipal e do tratamento equitativo do governo federal baseado em princípios de moralidade administrativa e economicidade.

Embaixador da Alemanha elogia discurso de Sarney

O embaixador da Alemanha, Uwe Kaestner, disse ontem à Agência Senado que se impressionou com o discurso feito pelo presidente do Senado, José Sarney, no qual este condena a provável guerra entre os Estados Unidos e o Iraque. O embaixador afirmou que também defende a manutenção da paz mundial e o respeito às determinações da Organização das Nações Unidas (ONU).

Kaestner destacou, principalmente, o trecho em que Sarney cita o filósofo alemão Immanuel Kant, que afirmara, em 1795, que a paz só podia ser alcançada com a organização de um sistema de leis e mecanismos capazes de construir instituições assegurando uma convivência harmônica para a Humanidade.

Para o diplomata, essa citação lembra que proeminentes pensadores alemães já falavam, àquela

época, em garantir a paz no mundo. Ele observou que é importante a manutenção e o funcionamento de um organismo internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU) — criada em 1945 —, para manter e assegurar a paz. “Dado o tempo de Kant, no século 18, temos hoje esse progresso e a comunidade internacional deve fazer um esforço para manter esse sistema”, afirmou o embaixador. Por esse motivo, acrescentou, tanto o Iraque quanto os Estados Unidos devem cumprir totalmente qualquer compromisso assumido com a ONU e as decisões do Conselho de Segurança.

— Todo e qualquer passo a ser dado no futuro deve ser somente com a autorização do Conselho de Segurança da ONU — afirmou o embaixador da Alemanha, país que atualmente é membro transitório do Conselho de Segurança da ONU.

Senado define calendário para debater as reformas

Líderes partidários acertam cronograma de audiências. Ministro Ricardo Berzoini, da Previdência Social, virá na próxima quinta-feira

O Senado terá um mês para debater as reformas da Previdência e tributária. Reunidos na quarta-feira à noite, os líderes partidários definiram um cronograma para a discussão das reformas, que se inicia na próxima quinta-feira à tarde, no Plenário, com a audiência do ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini. Na semana seguinte, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, debate com os senadores a reforma tributária.

Daqui a duas semanas (3 de abril), governadores e uma comissão de prefeitos continuam os debates sobre a reforma tributária. No dia 10 de abril, por fim, os senadores concluem as discussões sobre o tema. A expectativa do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), é que do ciclo de debates surja, se não um consenso sobre as reformas, pelo menos uma “convergência de opiniões”,



Reunião de líderes partidários: durante um mês, Senado reservará as quintas-feiras para discutir as reformas da Previdência e tributária

para que o Senado não seja meramente a Casa revisora das reformas, cuja tramitação se iniciará pela Câmara dos Deputados:

— Teremos um espaço (*as tardes de quinta-feira*) para aprofundar os debates dos grandes temas nacionais. No que diz respeito às reformas, os senadores

serão sujeitos do processo — destacou Mercadante.

O presidente José Sarney já afirmou que as decisões colegiadas serão uma constante durante sua gestão. “Estarei sempre consultando os líderes e buscando consenso, para enfrentar os desafios que teremos pela frente”, disse.

Votações às quintas-feiras serão à tarde

A Mesa do Senado, presidida pelo senador José Sarney, decidiu alterar a rotina do Plenário nas quintas-feiras, dia em que as reuniões ordinárias estavam sendo realizadas pela manhã. Ficou acertado, ontem, que as votações passarão a ocorrer à tarde, abrindo-se espaço para debates com autoridades e ministros de Estado, visando formar a opinião da Casa sobre as reformas. O primeiro convidado será o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, que deverá comparecer ao Plenário na próxima semana para discutir a reforma da Previdência; em seguida, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, discutirá a reforma tributária. Especialistas de diversas áreas, que não pertencem ao governo, também seriam chamados para o debate da reforma política.

João Batista reivindica ajuda federal para o Espírito Santo

Em seu primeiro pronunciamento em Plenário, o senador João Batista Motta (PPS-ES) pediu ontem ao presidente Lula da Silva e ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, socorro financeiro ao Espírito Santo, por meio da antecipação do pagamento de royalties a que o es-



Em sua estréia no Plenário, João Batista prometeu lutar contra a exclusão social

tado terá direito por sua produção de petróleo. “Não se trata de desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirmou, “mas de dar ao governador Paulo Hartung as condições para sanear as finanças do estado”.

Para o senador, “depois de 12 anos de corrupção na máquina estatal, o novo governador, em apenas dois meses, conseguiu devolver ao estado o ambiente institucional necessário a seu efetivo crescimento. Os empresários estão otimistas e os trabalhadores confiantes, mas, para consolidar a situação, o estado precisa de auxílio federal”, explicou. Ele

garantiu aos que pensam em investir no Espírito Santo que “os tempos de extorsão e chantagem ficaram para trás”.

O senador prometeu lutar, no Parlamento, para fortalecer as políticas públicas contra a exclusão social, principalmente contra o desemprego, a exploração do trabalho infantil e a marginalidade social.

— Para obter os recursos necessários, precisamos desonerar a produção, cobrar os tributos com modernidade, garantindo uma distribuição mais justa dos impostos entre União, estados e municípios — disse João Batista.

Em apartes, o senador Magno Malta (PL-ES) expressou sua satisfação diante do fato de o crime organizado estar sendo desmontado no estado e Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou sua disposição de ajudar a causa ética e da moral no estado.

Exploração infantil vai gerar CPI no Congresso

Requerimento é entregue por senadoras e deputadas ao presidente da Câmara, que promete instalar comissão nos próximos dias

Com 37 assinaturas do Senado e 207 da Câmara dos Deputados foi apresentado ontem ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, requerimento solicitando a criação de comissão parlamentar mista de inquérito com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. O requerimento é encabeçado pelas senadoras Patrícia Saboya (PPS-CE) e Serys Slhessarenko (PT-MT) e pela deputada Maria do Rosário (PT-RS).

As parlamentares reuniram-se com o presidente da Câmara para dar caráter solene à entrega do requerimento, que havia sido protocolado na quarta-feira na Mesa do Senado e em seguida enviado à Câmara. João Paulo garantiu às parlamentares que a CPI mista deverá ser instalada já nos próximos dias. A CPI deve ser criada em sessão conjunta do Congresso Nacional, sendo automática a sua instituição se requerida por um terço dos membros de cada



As senadoras Patrícia Saboya e Serys Slhessarenko encabeçam o requerimento para criação da comissão mista de inquérito

uma das Casas Legislativas.

A reunião contou com a presença de diversas entidades da sociedade civil, dentre elas representantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), segundo informações do gabinete de Patrícia Saboya.

— A decisão de criar essa comissão não é apenas nossa. É fundamental frisar a participação da

sociedade civil — disse Patrícia.

Conforme a senadora, o momento é propício para apurar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, já que uma das prioridades do governo Luiz Inácio Lula da Silva “é justamente combater esse problema”. A senadora lembrou que também é importante cobrar a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado em junho de 2000.

Mão Santa cobra de Lula refinaria no Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) cobrou ontem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a implantação de uma refinaria de petróleo no Piauí. Em discurso no Plenário, o senador destacou as indicações de um estudo aconselhando a construção da refinaria no município de Paulistana.

— Dizem que outros lugares têm mais condição de receber a refinaria, mas peço que Lula se inspire no exemplo de Juscelino Kubitschek. Todo lugar tinha mais condição de receber a capital do que o atual Distrito Federal, mas Juscelino quis interiorizar a capital e a construiu em quatro anos.

O senador contou já ter conversado sobre o assunto com o presidente da República e lembrou da ajuda que seu partido deu ao PT e que considera determinante para



Mão Santa pede a Lula que se inspire no exemplo de JK

levar o Partido dos Trabalhadores ao governo do estado — o atual governador é o petista Wellington Dias. Mão Santa afirmou que o PT não tem prefeituras no Piauí, mas mesmo assim venceu as eleições estaduais. O senador lembrou ainda que Lula havia pedido

em reunião com o PMDB ajuda para Wellington Dias.

Mão Santa argumentou que a construção da refinaria no Piauí seria uma demonstração de gratidão de Lula ao povo do estado. Segundo o senador, outros estados do Nordeste têm sido contemplados com órgãos fortes como o Banco do Nordeste (CE), a extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Porto de Suape (PE). Por isso, ele acredita que o Piauí merece receber a refinaria.

Em aparte, o senador Almeida Lima (PDT-SE) aproveitou citação de Mão Santa ao presidente Juscelino Kubitschek e externou sua admiração pelo criador de Brasília. Afirmou que Juscelino resgatou um anseio histórico da nacionalidade brasileira.

JENIPAPO

Mão Santa lembrou ainda que a data de ontem, 13 de março, é uma das mais importantes da história do país. Há 180 anos, ocorreu no Piauí nessa data a Batalha de Jenipapo, em que piauienses lutaram e morreram pela unidade do país, uma vez que Portugal pretendia ficar com o Norte do Brasil apesar de decretada a independência do Brasil.

— Essa guerra é um orgulho para o Brasil. A independência de nosso país não foi presente de pai para filho. Em Jenipapo morreram mais de 200 brasileiros, a batalha foi perdida, mas o povo tomou o palácio do governo no Piauí e o interventor fugiu.

Ana Júlia pede informações sobre a atuação do DNPM

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) quer dados sobre as ações de normatização e de fiscalização das atividades das mineradoras efetuadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão federal ligado ao Ministério de Minas e Energia. Por esse motivo, ela

comunicou ontem ao Plenário ter apresentado requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) convidando o diretor-geral do órgão a comparecer ao Senado. Ele deverá prestar as informações solicitadas e ainda oferecer dados sobre a aplicação dos recursos decorrentes da atividade mineradora.

Ana Júlia explicou que sua preocupação atende ao imperativo do papel constitucional do Legislativo de fiscalizar os atos do Executivo. Para o Pará, em especial, esse assunto tem interesse particular, já que o estado ocupa a posição de segunda receita de

compensação financeira por extração mineral do país.

Em apartes, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Duciomar Costa (PTB-PA) elogiaram a iniciativa da senadora.

PESAR

Ana Júlia Carepa lamentou a morte prematura do cientista José



Ana Júlia quer depoimento de diretor aos senadores

Márcio Corrêa Ayres, aos 49 anos de idade, ocorrida nessa quarta-feira nos Estados Unidos, em decorrência de câncer nos pulmões. Ela apresentou requerimento de voto de pesar aos familiares do cientista, pedido encaminhado pela Mesa diretora na sessão de ontem. Márcio, informou ela, foi

reconhecido e premiado, no país e no exterior, como um dos maiores defensores da conservação da biodiversidade brasileira.

— Márcio Ayres era para nós motivo de orgulho, pois além de ser um filho do Pará, tornou-se um dos grandes especialistas em biodiversidade.

Lobão insiste em ações para recuperar o Rio Itapecuru

Ações de recuperação do Rio Itapecuru, que abastece cerca de 2,4 milhões de pessoas em 49 municípios do Maranhão, voltaram a ser defendidas em Plenário pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

Embora afirme a incapacidade financeira do governo estadual de recuperá-lo sem apoio federal, Lobão comemorou iniciativas recentes na esfera local destinadas a identificar e combater os problemas ambientais que ameaçam o “Rio da Integração Maranhense”.

Ao editar decreto instituindo 2003 como o Ano Estadual dos Recursos Hídricos do Maranhão, o governador José Reinaldo dá continuidade, segundo o senador pefelista, ao projeto de revitalização hidroambiental da bacia hidrográfica do Itapecuru. Também coube ao gover-

nador integrar prefeitos e magistrados das comarcas da região ao mutirão de socorro ao rio.

Lobão destacou a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar pelo Tribunal de Contas do



Lobão aponta ameaça ao “Rio da Integração Maranhense”

Maranhão, que, em vistoria à cabeceira do Itapecuru, constatou a ocorrência de crimes ambientais impunes. Assinalou ainda a realização do Seminário Rio Biodinâmico: o Itapecuru, onde foram aprovadas moções dirigidas a solucionar graves problemas associados ao rio, como a pesca predatória, o desmatamento, a poluição por esgoto doméstico, agrotóxicos e resíduos industriais.

— Os níveis das cargas já superam a capacidade do próprio rio de se autodepurar e comprometem a água para consumo humano.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma, Alberto Silva, Mão Santa e Papaléo Paes